

PARA ALÉM DO CUIDADO: O PAPEL DA PSICANÁLISE NA COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E SUA RELEVÂNCIA PARA A PRÁTICA PARENTAL

Lediane Jarczeski¹

Diego da Silva²

RESUMO: O presente artigo justifica-se pela centralidade da psicanálise na compreensão dos processos psíquicos infantis e sua influência na qualidade da prática parental. O objetivo geral consiste em discutir a relevância do conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico infantil, sob a perspectiva psicanalítica, para o exercício de uma parentalidade mais consciente, sensível e adaptativa. O estudo utiliza a revisão de literatura de caráter qualitativo e descritivo como metodologia, analisando obras clássicas e contemporâneas em psicanálise e desenvolvimento infantil. Como resultado, observa-se que as contribuições de Sigmund Freud, ao postular o sujeito do inconsciente e as fases psicosssexuais, estabeleceram a infância como um período de intensa vida psíquica. Essa base teórica é complementada por Melanie Klein, que desvelou o mundo interno da criança e suas posições psíquicas, e por Donald W. Winnicott, que postula a função da Mãe Suficientemente Boa e a necessidade de um ambiente facilitador. Tais conceitos evidenciam que o cuidado parental transcende a satisfação das necessidades físicas, demandando a elaboração dos conflitos internos dos cuidadores e a capacidade de sustentação (holding) para a construção de um psiquismo saudável. Considera-se que o conhecimento psicanalítico é fundamental para subsidiar estratégias parentais que fortalecem vínculos seguros, promovem a educação não violenta e se alinham aos marcos legais vigentes, como a Lei nº 14.826/2024, que institui a parentalidade positiva como política de Estado.

2703

Palavras-chave: Psicanálise. Parentalidade. Desenvolvimento infantil. Psicologia.

INTRODUÇÃO

A compreensão do desenvolvimento psicológico infantil constitui um elemento central para o exercício da parentalidade, na medida em que possibilita aos cuidadores estabelecer vínculos afetivos consistentes e promover um ambiente propício à constituição psíquica da criança. A parentalidade refere-se ao conjunto de práticas, responsabilidades e decisões que estruturam a relação entre adultos e crianças, indo além do vínculo biológico. Para além da configuração familiar, a qualidade do vínculo, sustentado por cuidado, afeto e responsabilidade,

¹Discente do curso de Psicologia da UniEnsino.

²Psicólogo, mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente do curso de Psicologia da UniEnsino.

revela-se determinante no desenvolvimento infantil. Nesse processo, cabe ao adulto proteger, educar e socializar, garantindo o bem-estar integral da criança.

Nesse sentido, Mota (2025) enfatiza que a parentalidade positiva é essencial para o desenvolvimento infantil, uma vez que contribui para romper ciclos de violência e promove relações saudáveis. O conjunto de práticas e atitudes dos responsáveis exerce influência direta sobre a saúde emocional, social e cognitiva do sujeito em formação, sendo determinante para que seu desenvolvimento ocorra de maneira equilibrada. Pesquisas indicam que o suporte às famílias e a atenção às práticas parentais são fundamentais para que as crianças alcancem seu pleno potencial (Hoghughi, 1998).

Historicamente, observa-se que a educação infantil, especialmente no século XIX³, esteve marcada por práticas repressivas, baseadas em disciplina rígida e na exigência de comportamentos precoces, tratando a criança como um “adulto em miniatura”. Essa perspectiva, centrada na obediência e na normatividade, desconsiderava as necessidades emocionais e cognitivas próprias da infância, e ainda hoje pode influenciar concepções de cuidado e ensino (Felipe; Marques, 2025).

A primeira infância é o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. São nos primeiros anos de vida que ocorrem o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, além da iniciação social e afetiva (Ministério da Saúde, 2025 s.p).

2704

Cuidados básicos — como vínculos afetivos estáveis, ambiente seguro, nutrição adequada, estímulos e interações saudáveis — constituem a base para que a criança desenvolva plenamente seu potencial e construa uma trajetória equilibrada e saudável.

Sob a perspectiva psicanalítica, Klein (1997) destaca que a infância é marcada por fases complexas, nas quais a criança vivencia fantasias, ansiedades e conflitos que moldam a constituição do ego e do aparelho psíquico. Essas experiências, inscritas no inconsciente, influenciam diretamente a forma como a criança percebe o mundo e se relaciona com suas figuras parentais. A psicanálise ressalta a importância de reconhecer a singularidade de cada criança e os processos emocionais que estruturam seu desenvolvimento, favorecendo a compreensão de como tais experiências influenciam a constituição psíquica. Esse olhar

³ No século XIX, a educação caracterizava-se por métodos repressivos, centrados na disciplina rígida e na exigência de comportamentos maduros das crianças, vistas muitas vezes como adultos em miniatura. Esse modelo, fundamentado em práticas de obediência e controle, deixou marcas que ainda podem se refletir em concepções atuais de ensino e cuidado (Felipe; Marques, 2025).

possibilita que os cuidadores adotem práticas parentais mais conscientes e ajustadas às necessidades subjetivas do sujeito em crescimento.

O conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico infantil proporciona aos cuidadores uma compreensão mais aprofundada das necessidades emocionais e cognitivas da criança, permitindo que suas respostas sejam mais ajustadas e sensíveis. Nesse sentido, Klein (1997) destaca que os conflitos e fantasias vivenciados nos primeiros anos de vida estruturam o ego e influenciam a percepção da criança sobre si mesma e sobre o outro.

Pais e responsáveis que reconhecem essas dinâmicas têm maior capacidade de oferecer suporte emocional adequado, favorecendo a formação de vínculos afetivos seguros e contribuindo para a construção de uma base psíquica sólida. Estudos contemporâneos indicam que a parentalidade consciente, apoiada no entendimento das experiências infantis, contribui para a prevenção de padrões emocionais disfuncionais e fortalece a capacidade de socialização cooperativa da criança (Kochanska; Boldt; Goffin, 2019)).

Além disso, a compreensão teórica do desenvolvimento infantil auxilia na adaptação das práticas parentais às singularidades de cada criança, permitindo que os cuidadores reconheçam que cada trajetória é marcada por ritmos e necessidades próprias. Conforme observado por Hoghughi (1998), pais bem informados conseguem identificar sinais de sofrimento, frustração ou ansiedade, respondendo de maneira mais ajustada e evitando a reprodução de padrões disfuncionais herdados de suas próprias experiências. Essa preparação possibilita que desenvolvam estratégias educativas e afetivas mais consistentes, capazes de fortalecer a autonomia e a confiança da criança.

Nesse sentido, o conhecimento teórico não se limita à prevenção de dificuldades emocionais, mas amplia a compreensão sobre a importância de um ambiente acolhedor e estável, no qual o sujeito em formação encontre espaço para explorar, aprender e elaborar suas vivências. A psicanálise acrescenta a esse debate o olhar atento para as ansiedades e ambivalências que atravessam a infância, enfatizando como sentimentos contraditórios, como amor e ódio, inveja e gratidão, fazem parte da constituição psíquica. Reconhecer essas dinâmicas torna-se fundamental para a compreensão dos processos emocionais que estruturam o desenvolvimento da criança e para a construção de práticas parentais que favoreçam um crescimento emocional mais equilibrado, além de fortalecer o vínculo entre pais e filhos (Abrão, 2024).

A relevância deste estudo manifesta-se em duas dimensões: científica e social. No campo científico, amplia as reflexões sobre a psicanálise infantil, oferecendo subsídios para a compreensão dos processos emocionais que marcam o desenvolvimento da criança e sua constituição psíquica. No âmbito social, evidencia a importância de apoiar famílias na tarefa de reconhecer e acolher as demandas emocionais da infância, fortalecendo vínculos parentais e prevenindo dificuldades futuras. A psicanálise fornece um referencial consolidado para compreender as primeiras relações e seus efeitos psíquicos, orientando práticas clínicas e educativas que promovam o crescimento emocional equilibrado e a saúde mental do sujeito (Abrão, 2024).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo discutir a relevância do conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico infantil para o exercício da parentalidade sob a perspectiva da psicanálise. Pretende-se refletir sobre como as experiências precoces influenciam a constituição psíquica, evidenciando a importância do conhecimento teórico para subsidiar práticas parentais mais conscientes e favorecer vínculos afetivos consistentes. O entendimento do desenvolvimento infantil, articulado à psicanálise, revela-se essencial para analisar a influência das primeiras relações na formação do aparelho psíquico e orientar práticas parentais ajustadas às necessidades emocionais da criança. Relações iniciais mutuamente positivas e seguras entre pais e filhos estabelecem bases para a socialização cooperativa, prevenindo padrões negativos e fortalecendo vínculos afetivos (Kochanska, Boldt & Goffin, 2019).

2706

METODOLOGIA

O presente artigo consiste em uma revisão de literatura de caráter qualitativo e descritivo. As buscas foram feitas em livros, literatura especializada e clássica, sites oficiais e artigos científicos em bases como SciELO, PePSIC, PubMed e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: psicanálise; parentalidade; desenvolvimento infantil; psicologia. Considerando publicações em português, inglês e espanhol, no recorte temporal dos últimos 5 anos. Para seleção, foram considerados estudos de campo, estudos de caso, intervenções, revisões e textos teóricos que abordassem os temas centrais do artigo, sendo escolhidos apenas materiais publicados em veículos de reconhecido rigor técnico e científico, garantindo qualidade e consistência nas informações analisadas.

BENEFÍCIOS DO CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PRÁTICA PARENTAL

Historicamente, a infância foi sendo ressignificada: se antes era entendida como uma etapa inútil, em que a criança era considerada incapaz e sem função social, a partir do século XIX passou a ser vista como um período que exige atenção, cuidado e proteção. Esse novo olhar atribuiu à criança um lugar de relevância, fazendo com que sua educação e bem-estar deixassem de ser apenas responsabilidade familiar para se tornarem também compromissos da sociedade e do Estado, garantindo-lhe maior reconhecimento, autonomia e direitos (Wecker, Machado, Machado, 2025).

A infância da Modernidade é uma infância pensada como uma geração em devir, em transformação, no sentido de futuro. De qualquer forma, importa-nos pensar que todos seres humanos – crianças, adultos, idosos – estão em processo de mudança e transformação contínuas, do ponto de vista biológico, ideológico, intelectual e cultural. O devir é próprio da condição humana, não é específico da infância. O que aconteceu nos últimos 25 anos foi uma ruptura com essa concepção da modernidade. Assim, a criança começa a ser cada vez mais pensada a partir do que ela é, do que ela sabe, do que ela pode, das suas competências, das suas formas de construir cultura, do modo como ela elabora sistemas ideológicos, não necessariamente coincidentes com o dos adultos; faz isso no mundo social em relação aos adultos, nas relações entre crianças. Essa é a grande transformação nos últimos, digamos, 25 anos, 35 anos no máximo, no pensamento sobre a infância: a criança é pensada a partir da positividade das suas próprias características (Escola Virtual de Governo, s.d.).

Apesar dos avanços na valorização da infância, o conhecimento sobre a criança ainda se dá majoritariamente pela mediação do adulto. Embora haja esforços para ampliar a escuta da própria criança, no senso comum ela continua sendo vista a partir do olhar adulto, o que mantém sua voz em posição secundária e pouco reconhecida em sua singularidade, (Wecker, Machado, Machado, 2025).

Freud deu voz, em uma carta enviada a Fliess na data de 15 de outubro de 1897, as observações silenciosas sobre a fecundidade do mito grego de Édipo como um modelo paradigmático das relações afetivo emocionais na infância. Assim se abriu, para o pai da Psicanálise, um caminho de expansão em suas investigações sobre o desenvolvimento infantil que culminou em importantes trabalhos como em 1905 sobre a teoria da sexualidade, incluindo as zonas erógenas e as fases da psicosexualidade, e em 1910, com a descrição do conceito de “Complexo de Édipo” (Quagliatto 2023, p. 136).

Na perspectiva freudiana, a criança é compreendida como sujeito do inconsciente, portadora de desejos, afetos e de uma sexualidade própria, capaz de vivenciar desde cedo sentimentos como amor, ciúme, ternura e raiva. Freud destacou que, nos primeiros momentos de vida, o bebê depende do olhar e da interpretação do cuidador, que, ao acolher suas manifestações — como o choro —, atribui sentido a elas e possibilita a constituição do aparelho psíquico. Embora não tenha trabalhado diretamente com bebês, suas elaborações teóricas

oferecem importantes contribuições para compreender como a subjetividade infantil se constrói a partir da relação com o outro (Silva; Villachan-Lyra; Pinto, 2024).

Considerando essa compreensão de infância, Altafim e Linhares (2022) caracterizam a parentalidade como o conjunto de convicções, percepções, expectativas, atitudes e conhecimentos que os cuidadores possuem acerca do desenvolvimento infantil. Esse conceito envolve práticas e comportamentos que favorecem o crescimento e a aprendizagem da criança, além da mediação social necessária para a regulação emocional, a formação moral e o estabelecimento das relações sociais. Assim, a parentalidade possibilita que a criança se insira de maneira saudável no mundo ao seu redor, ressaltando a importância do papel do cuidador na constituição de sua subjetividade.

Dessa forma, ao considerar a relevância do papel dos cuidadores na constituição subjetiva da criança, torna-se necessário observar também as circunstâncias em que ocorre a gestação, pois, segundo Moraes (2022), tais condições podem facilitar ou dificultar a construção do vínculo com o filho, suscitando questões como:

Esse filho foi planejado? Existe um lugar emocional para essa criança? Ela é fruto do desejo de ambos componentes do casal? Ela é produto de um abuso ou incesto? Ela veio para alegrar uma vó viúva? Ela veio para fornecer células tronco para um irmão doente? Ela veio para substituir um irmão morto? Ela veio destinada a ser o que os pais não conseguiram ser? Ela veio para mostrar que seus pais nunca serão superados? Ou ela veio para poder ser ela mesma em todas as suas potencialidades?

2708

De acordo com Marin (2022), o vínculo de apego estabelecido na primeira infância é essencial para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Por meio de sinais inatos, o bebê busca proximidade e cuidado de seus cuidadores, e quando essas necessidades são atendidas com sensibilidade e consistência, a criança desenvolve segurança, confiança e habilidades para se relacionar de forma saudável. Assim, as primeiras relações de apego constituem a base para o estilo de apego e para o equilíbrio emocional ao longo da vida.

Moraes (2021) afirmou que a construção do vínculo na primeira infância depende de condutas essenciais do cuidador, cuja presença constante proporciona à criança uma sensação de segurança. A sensibilidade e a capacidade de identificar e compreender as necessidades do bebê, indo além dos aspectos biológicos e intelectuais e incorporando a intuição, são fundamentais para esse processo. A capacidade de acolhimento, ou seja, a habilidade do cuidador de atender e responder às emoções do bebê, incluindo nomear suas necessidades ao chorar, contribui para o desenvolvimento de um vínculo sólido, sendo notável que mães com depressão podem apresentar dificuldades nesse reconhecimento. Práticas como a amamentação, que podem ser consideradas uma extensão simbólica do cordão umbilical, e o

contato corporal em momentos de higienização, alimentação e troca de olhares, fortalecem ainda mais essa relação.

Para Almeida e Lopes (2022), o desenvolvimento humano ocorre de forma contínua, sendo cada etapa marcada por experiências que precisam ser vividas de acordo com a faixa etária. Nesse processo, os cuidados oferecidos pelos pais tornam-se fundamentais para a constituição psíquica da criança e para o adulto que ela se tornará. Cuidadores atentos, afetuosos e sensíveis às necessidades infantis favorecem o surgimento de vínculos seguros, estimulam competências emocionais e sociais e fortalecem a capacidade de estabelecer relações saudáveis. Assim, a qualidade das interações familiares exerce papel decisivo na formação subjetiva da criança, mostrando que as experiências precoces influenciam diretamente seu desenvolvimento psicológico.

Zitzmann, Rombold-George, Rosenbach e Renneberg (2023) destacam que a parentalidade influencia diretamente o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. Práticas parentais positivas, como afeto, sensibilidade e envolvimento, fortalecem vínculos seguros e ajudam na regulação emocional, enquanto comportamentos disfuncionais, como hostilidade, rejeição, disciplina inadequada ou elevado potencial de abuso, aumentam o risco de dificuldades emocionais e psicológicas. A forma como os pais gerenciam suas próprias emoções e respondem às dos filhos, incluindo padrões ansiosos ou controladores, pode afetar o desenvolvimento infantil e perpetuar problemas intergeracionais. Por isso, promover práticas parentais conscientes e seguras é essencial para o crescimento emocional, social e relacional da criança.

2709

Os benefícios observados nos cuidadores que participam de programas de intervenção podem ser compreendidos à luz da psicanálise, que evidencia como os vínculos estabelecidos nos primeiros momentos de vida da criança são fundamentais para a constituição de sua vida emocional e para a formação de práticas parentais mais sensíveis. Nesse sentido, Klein (1946-1963) ressalta que a experiência da amamentação constitui um momento essencial, pois a forma como o seio é oferecido, o ambiente que circunda essa relação e a qualidade afetiva do contato tornam-se determinantes para a constituição do primeiro objeto de desejo. É a partir dessas vivências iniciais que o bebê diferencia experiências satisfatórias, vinculadas ao seio bom, de experiências frustrantes, relacionadas ao seio mau, construindo suas primeiras noções de confiança, segurança e normalidade nas relações.

Nessa mesma perspectiva, o primeiro encontro entre mãe e bebê após o nascimento possui um valor simbólico e afetivo que vai além do cuidado físico imediato. Para a mãe, esse contato representa uma experiência de continuidade e renovação, pois, ao oferecer acolhimento ao filho, ela também ressignifica aspectos ligados à sua própria condição de filha. Trata-se de um momento em que o ato de dar e receber se entrelaçam, fortalecendo tanto o vínculo com o bebê quanto a ligação interna com sua própria história materna. Assim, o contato precoce contribui não apenas para a criação de laços afetivos sólidos, mas também para a elaboração psíquica da experiência de se tornar mãe (Aberastury, 1982).

Complementando essa perspectiva, é possível compreender que o cuidador, influenciado por seu próprio inconsciente, não tem total domínio sobre as mensagens que transmite à criança, nem sobre a maneira como estas serão interpretadas e incorporadas (Tarelho, 2017). Esse processo evidencia que o cuidado vai muito além da satisfação das necessidades físicas, incluindo dimensões emocionais e simbólicas que estruturam a subjetividade infantil. Dessa forma, o conhecimento acerca da psique parental se revela essencial, pois possibilita ao adulto maior consciência de suas próprias dinâmicas internas, promovendo práticas de cuidado mais sensíveis e favorecendo o desenvolvimento afetivo e relacional do bebê.

2710

Embora a experiência da amamentação seja fundamental, é importante considerar também outros fatores que contribuem para a consolidação desses vínculos iniciais. Se a amamentação representa um momento essencial para o fortalecimento do vínculo inicial entre mãe e bebê, a participação paterna também assume grande relevância nesse processo. A presença do pai desde o pré-natal, no parto e nos primeiros cuidados amplia as possibilidades de criação de laços afetivos, envolvendo tanto a mãe quanto o bebê em uma rede de suporte mais ampla. Estudos indicam que essa participação favorece o apoio emocional à mãe e contribui para a formação de um vínculo direto com o filho (Rezer; Faustino, 2024). Assim, a participação do pai desde os primeiros momentos de vida do bebê se configura como um benefício fundamental para a construção de vínculos sólidos, que servirão de base ao desenvolvimento infantil.

Segundo Assis, Martinhago e Queiroz (2024), o modelo hegemônico de masculinidade, ainda presente na sociedade contemporânea, estabelece padrões rígidos que privilegiam a força, a independência e a autoridade, limitando a expressão emocional e afetiva dos homens. Essa construção social reforça a ideia de que o papel masculino está restrito ao sustento financeiro e

à liderança familiar, deixando em segundo plano sua participação ativa no cuidado cotidiano dos filhos. Tal lógica funciona como uma barreira para a ampliação da inclusão paterna na parentalidade, pois desvaloriza práticas de cuidado e afeto, associando-as à feminilidade. Desse modo, repensar as concepções de masculinidade e abrir espaço para novas formas de exercício da paternidade torna-se essencial para promover vínculos mais sólidos, relações familiares equilibradas e o pleno desenvolvimento infantil.

De acordo com Moraes (2021), a participação paterna no período perinatal ainda enfrenta resistências, muitas vezes vinculadas ao desconhecimento sobre a importância desse envolvimento e à permanência de valores tradicionais que associam a gestação exclusivamente à mulher. No cenário contemporâneo, marcado pela reconfiguração das funções familiares e pela crescente presença da mulher em espaços de trabalho e estudo, torna-se necessário que os homens ressignifiquem sua posição, ampliando o exercício da paternidade para além da provisão material. Nesse sentido, o engajamento afetivo e emocional do pai fortalece o vínculo com o filho e contribui para o suporte à mãe, prevenindo conflitos conjugais e quadros de sofrimento psíquico, impactando diretamente no desenvolvimento psicológico da criança.

O conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e a participação em programas de intervenção fortalecem as práticas parentais, promovem o bem-estar emocional dos cuidadores e contribuem para vínculos afetivos seguros. Esses fatores oferecem uma base sólida para o desenvolvimento saudável da criança e reforçam a importância de apoiar e capacitar os pais, preparando o caminho para a análise de outros aspectos que influenciam a parentalidade.

2711

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento infantil envolve não apenas o crescimento físico, mas a constituição emocional e psíquica da criança. A psicanálise mostra como as primeiras relações afetivas influenciam a formação do sujeito e sua capacidade de lidar com emoções e vínculos. Silva, Villachan-Lyra e Pinto (2024) destacam que, segundo Freud, desde os primeiros meses, crianças são capazes de vivenciar raiva, tristeza, desejo e amor, incluindo ternura, dedicação e ciúme. A satisfação de suas necessidades depende do cuidado de outro significativo, capaz de interpretar o choro como comunicação, evidenciando a importância das primeiras relações na estruturação do psiquismo infantil.

Freud (1901-1905) propôs que o desenvolvimento infantil ocorre em fases psicosssexuais, cada uma centrada em uma zona erógena⁴ e na busca da satisfação das necessidades. Na fase oral, estabelece-se o vínculo inicial; na fase anal, a criança aprende controle e autonomia; na fálica, vivencia o Complexo de Édipo⁵ e constrói a identidade; na latência, investe em socialização e aprendizado; e na genital, direciona as pulsões para relações maduras. Esse olhar freudiano permite reconhecer a infância como período de intensa vida psíquica, valorizando emoções, desejos e conflitos, e destacando a importância das experiências precoces para o desenvolvimento saudável e vínculos afetivos seguros.

Freud (1901-1905, p.118) colocou que:

Ao mesmo tempo em que a vida sexual da criança chega a sua primeira florescência, entre os três e os cinco anos, também se inicia nela a atividade que se inscreve na pulsão de saber ou de investigar. Essa pulsão não pode ser computada entre os componentes pulsionais elementares, nem exclusivamente subordinada à sexualidade. Sua atividade corresponde, de um lado, a uma forma sublimada de dominação e, de outro, trabalha com a energia escopofílica. Suas relações com a vida sexual, entretanto, são articularmente significativas, já que constatamos pela psicanálise que, na criança, a pulsão de saber é atraída, de maneira insuspeitadamente precoce e inesperadamente intensa, pelos problemas sexuais, e talvez seja até despertada por eles.

A psicanálise freudiana oferece uma compreensão profunda sobre a origem da consciência moral da criança, a estrutura psíquica que Freud (1923) denominou Superego⁶. Essa instância vital não é um evento casual, mas o resultado de uma confluência de fatores complexos e inerentes à condição humana. Um desses fatores é a longa duração do desamparo e da dependência na infância, que torna o sujeito totalmente vulnerável e dependente do cuidado parental. O outro fator decisivo é o modo como a criança resolve o seu Complexo de Édipo. Ao ter que reprimir seus desejos e fantasias e internalizar as figuras e as proibições parentais, a criança transforma a autoridade externa em uma autoridade interna — o Superego. Essa internalização não só dá início ao período de latência, como garante que a influência dos

⁴ “Qualquer região do revestimento cutâneo-mucoso susceptível de se tornar sede de uma excitação do tipo sexual. De forma mais específica, certas regiões que são funcionamento sedes dessa excitação: zona oral, anal, uretro-genital, mamilo”. (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 691)

⁵ “Complexo de Édipo: conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais. Sob a sua chamada forma positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual da personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se inversamente: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progênitor do sexo oposto. Na realidade, estas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo”. (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 116)

⁶ “Uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um censor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideia, funções do superego. Clássicamente, o superego é definido como o herdeiro do complexo de Édipo; constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais”. (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 643)

pais e os valores sociais sejam perpetuados dentro do psiquismo. Desse modo, a teoria freudiana destaca que o desenvolvimento psíquico saudável depende crucialmente desse processo de estruturação, fornecendo à criança a base para a autorregulação e para a inserção moral e cultural no mundo.

O foco da Psicanálise na infância transcende a mera descrição das fases de desenvolvimento, estabelecendo a causalidade psíquica que perdura na vida adulta. Este é o cerne do que o artigo busca demonstrar em termos de relevância para a prática parental: a necessidade de compreender o desenvolvimento como um período estruturante e determinante. Ao analisar o caso do "Homem dos Lobos" em sua História de uma neurose⁷ infantil, Freud (1917) deixa clara a natureza precursora da infância na saúde mental. Ele conclui que a neurose infantil não é um mero prelúdio, mas a essência da doença; os conflitos e padrões estabelecidos naquela época servem como a chave que define e impulsiona a neurose de toda a vida posterior, mesmo que se manifeste com modificações superficiais na idade adulta. Essa visão permite reconhecer que os pais estão, inadvertidamente, participando da construção da "chave" para a futura saúde ou sofrimento de seus filhos, sublinhando a urgência de estratégias parentais conscientes e sensíveis.

A história da psicanálise infantil é marcada por contribuições de mulheres pioneiras. Segundo Cromberg (2009), Sabina Spielrein foi a primeira psicanalista de crianças, publicando observações clínicas a partir de 1912 e implementando experiências como o Jardim de Infância Psicanalítico na Rússia. Anna Freud, oficialmente reconhecida como fundadora da psicanálise infantil, consolidou metodologias de observação e intervenção na década de 1920. Melanie Klein aprofundou o estudo do mundo interno da criança, explorando fantasias inconscientes e posições psíquicas iniciais. Essas precursoras estabeleceram as bases para compreender o desenvolvimento psíquico infantil e orientar práticas clínicas e parentais.

Segundo Melo (2025), Melanie Klein defendia que o ego já nasce com a criança, sendo o núcleo da vida psíquica, diferentemente de Freud, que dava prioridade ao id. Ela descreveu posições psíquicas pelas quais o bebê passa: a esquizoparanóide, nos primeiros meses, marcada por projeções e defesas primitivas; e a depressiva, a partir do sexto mês, quando a criança passa a perceber aspectos positivos e negativos da mãe, desenvolvendo sentimento de culpa e responsabilidade. Klein enfatizou a relação mãe-seio-bebê, abordou a angústia de

⁷ "Afeccção psicogênica em que os sintomas são a expressão simbólica de um conflito psíquico que tem as suas raízes na história infantil do indivíduo e constitui compromissos entre o desejo e a defesa". (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 377).

aniquilamento e defesas como negação e projeção. Para ela, o ego organiza essas defesas e estrutura a personalidade, integrando emoções, pulsões e afetos, essenciais ao desenvolvimento emocional e relacional da criança.

De acordo com Costa e Prudente (2025), Klein mostra que, no começo da vida, o bebê não vê a mãe como alguém separado, mas como parte de si ligada ao seio que o alimenta. Depois, aprende a reconhecer a mãe como um todo, sentindo amor quando é atendido e raiva quando é frustrado. Essa mistura de sentimentos traz culpa e, com o tempo, leva o bebê a tentar reparar, vendo novamente a mãe como boa e diminuindo sua angústia.

Para Melanie Klein, o desenvolvimento emocional envolve a travessia da posição esquizoparanóide, caracterizada por intensas angústias e mecanismos de defesa primitivos, até a conquista da posição depressiva, momento em que a criança passa a lidar com a culpa e a buscar reparação. Essa capacidade de reconhecer seus próprios impulsos destrutivos e tentar restaurar o objeto amado constitui um marco essencial do amadurecimento psíquico, favorecendo a construção de vínculos mais estáveis. Klein também destaca que tais posições não ficam restritas à infância, podendo reaparecer em diferentes fases da vida, o que possibilita ao sujeito enfrentar conflitos e dificuldades adultas com maior equilíbrio emocional (Costa e Prudente, 2025).

2714

O brincar ocupa lugar central na psicanálise infantil, pois revela a forma como a criança simboliza e elabora experiências internas de amor, ódio, perda e reparação. Aberastury (1962), a partir das contribuições de Melanie Klein, a autora evidencia que o brincar constitui um processo no qual a criança desloca o que sofreu de modo passivo para uma vivência ativa de elaboração, funcionando como mecanismo de elaboração das angústias e de adaptação à realidade. No ato de brincar, a criança externaliza fantasias inconscientes, podendo reviver situações de dor e conflito em um cenário simbólico onde exerce maior domínio sobre os acontecimentos. Esse movimento de transformar a passividade em ação possibilita que experiências traumáticas sejam reelaboradas, favorecendo o fortalecimento do ego e a construção de novas formas de enfrentamento.

De acordo com Bezzerra (2023), a travessia das posições psíquicas descritas por Melanie Klein é o caminho essencial para a constituição de um psiquismo integrado, caracterizado pela superação da onipotência destrutiva em favor da culpa e da capacidade de reparação. Contudo, o funcionamento arcaico da criança frequentemente se manifesta sob o domínio da voracidade e da agressividade não mitigada, típicas da Posição Esquizoparanoide. É nesse estado, onde a

distinção entre fantasia e realidade externa se encontra tênue e o Ego ainda não possui a força de integrar os impulsos de amor e ódio, que o desejo destrutivo se expressa em sua forma mais pura e sem censura. Um exemplo vívido desta dominância pulsional é o relato de um menino às voltas com uma tarefa frustrante, que projeta no mundo o seu ódio e o seu desejo ilimitado de controle:

Eu não aguento tanto estudo! Eu queria mesmo era ir passear! Comer todos os doces que eu quiser, puxar ou cortar o rabo do gato e do esquilo. Poder dar muita bronca na mamãe e colocar o mundo inteiro de castigo"! E não é isso que as crianças desejam quando estão dominadas pela onipotência e pela voracidade, como se, indiscriminadamente, pudesse tudo conquistar e devorar no mundo? (Bezzerra, 2023)

Se o brincar é a via pela qual a criança reelabora ativamente suas angústias e conflitos internos, a Psicanálise, sob a ótica de Melanie Klein, estabelece que o desenvolvimento exige também a intervenção externa correta. Klein (1921-1945) defendia uma educação psíquica precoce sobre temas como a sexualidade, refutando o esclarecimento reativo e tardio, frequentemente postergado para a adolescência. Sua contribuição central reside na arte de personalizar a comunicação: a informação deve ser dosada e alinhada à necessidade e capacidade de compreensão da criança desde a mais tenra idade. Ao acolher a curiosidade com honestidade, respeitando o ritmo de desenvolvimento infantil, o conhecimento é assimilado organicamente. Esse processo não só previne a criação de tabus e ansiedades, mas também promove uma constituição psíquica mais integrada e resiliente.

2715

A contribuição de Donald Woods Winnicott (1896-1971) para o campo da psicanálise infantil é frequentemente vista como um desdobramento das teorias de Freud e Klein, mas com um enfoque radicalmente novo. Enquanto a psicanálise clássica se debruça sobre os conflitos pulsionais inatos, Winnicott, partindo de sua experiência como pediatra, reposicionou o eixo da discussão para a interação real entre o indivíduo e o seu meio (Winnicott, 1975). Para ele, o desenvolvimento saudável é um processo de maturação que só é alcançado mediante a provisão de um ambiente facilitador, ou seja, um ambiente que se adapta ativamente às necessidades da criança. Sua teoria, portanto, estabelece que a saúde psíquica e a capacidade de viver criativamente são frutos da qualidade do cuidado inicial.

Nessa perspectiva essencialmente relacional, a teoria de Winnicott avança ao postular que o amadurecimento psíquico depende intrinsecamente da qualidade da interação inicial, em que o bebê é concebido como inseparável do cuidado. É nesse contexto que se estabelece a função da Mãe Suficientemente Boa: uma figura que, por meio de sua adaptação sensível às necessidades do bebê e de suas falhas toleráveis, oferece a sustentação (holding) necessária.

Este processo constrói um sentimento de existência contínua e a confiança básica na criança, fornecendo o alicerce para a capacidade de se relacionar com o mundo (Winnicott, 1975) e fornecendo uma base teórica sólida para as práticas parentais que buscam ser sensíveis e adaptativas.

Conforme Brabo, Moreira, Santos e Lacerda (2025), a qualidade do ambiente facilitador é definida pela figura da mãe suficientemente boa, que Winnicott destaca como essencial para a fundação da saúde emocional do bebê. O papel dela não exige perfeição, mas sim um esforço contínuo para fornecer um espaço de acolhimento e segurança onde o bebê possa expressar sua espontaneidade. Esta mãe possui a sensibilidade para atender às demandas físicas e emocionais da criança de forma responsiva. Ela assegura o holding (a sustentação física e psíquica que gera a confiança) e o handling (o manejo corporal que integra o self). Ao longo do tempo, ela introduz frustrações manejáveis, permitindo que a criança comece a se diferenciar do ambiente e inicie o percurso para a autonomia e resiliência.

Em contraste, as falhas de cuidado provenientes de uma mãe insuficientemente boa representam um risco significativo ao desenvolvimento do psiquismo. A falha primária reside na incapacidade de se adaptar às necessidades autênticas do bebê, forçando-o a reagir constantemente ao mundo externo. A imprevisibilidade e a alternância entre momentos de adaptação e negligência criam um ambiente de insegurança fundamental. Diante dessa instabilidade, o bebê pode ser compelido a renunciar à expressão genuína do seu self, desenvolvendo um falso self como mecanismo de defesa e sobrevivência. Essa carência precoce na provisão ambiental limita a maturação do Eu e pode resultar em dificuldades duradouras, como problemas de diferenciação e inibições na vida adulta (Brabo, et al. 2025)

Para Winnicott (1975, p. 177) “o que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro que, normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo. Em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali”. Essa observação de Winnicott reforça que o cuidado sensível é, fundamentalmente, aquele que valida e reflete a experiência interna da criança.

O percurso pela psicanálise, que se inicia com a descoberta do sujeito do inconsciente por Freud, avança com a ênfase de Klein no mundo interno e se expande com o papel do ambiente em Winnicott, contribui significativamente para oferecer um quadro teórico essencial para a psicologia do desenvolvimento psíquico infantil. Os estudos desses autores abrem caminhos para a compreensão de que a estruturação da mente da criança é um processo

ativo, dependente da qualidade das interações com o outro. Ao mapear os complexos mecanismos que transformam a pulsão em afeto e a dependência em autonomia, a psicanálise amplia o entendimento sobre o papel do cuidador e a formação da subjetividade.

PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARENTAIS CONSCIENTES, SENSÍVEIS E ADAPTATIVAS

De acordo com Martins, Augusto, Silva, Duarte, Martins e Rosário (2022), a família é reconhecida como o ambiente social primário e de extrema importância para a educação e o desenvolvimento infantil, sendo o espaço inicial onde a criança assimila valores, comportamentos e competências essenciais para a sua adaptação à vida. A qualidade deste contexto é decisiva na formação da personalidade, visto que um clima de confiança, lealdade e diálogo fomenta uma constituição psicológica saudável, enquanto tensões e conflitos podem levar a problemas de comportamento e de personalidade. Dentro da estrutura familiar, o subsistema parental assume a responsabilidade central de promover o desenvolvimento global dos filhos. Assim, um exercício positivo da parentalidade é fundamental para responder eficazmente às necessidades da criança.

Segundo Linhares, Altafim e Lotto (2023), o impacto sustentável das intervenções de parentalidade depende da "estratégia de duas gerações". Este conceito estabelece que o desenvolvimento da criança e o bem-estar da família são indissociáveis, exigindo investimento simultâneo no potencial infantil e na capacitação do cuidador. Ao aperfeiçoar a capacidade parental de prover um ambiente sensível e responsivo, a abordagem age na origem das vulnerabilidades. Seu objetivo primordial é reduzir a desigualdade intergeracional, que é perpetuada quando as dificuldades de uma geração limitam as oportunidades da próxima. Programas que adotam esta estratégia garantem que o investimento no desenvolvimento não seja pontual, mas se estabeleça como um ciclo virtuoso de sucesso transmitido ao longo do tempo.

Guisso, Crepaldi e Vieira (2023) analisam que as formas de interação e orientação utilizadas por pais e cuidadores primários, genericamente chamadas de práticas parentais, são o principal motor para o desenvolvimento e a qualidade de vida na primeira infância. Estas estratégias de socialização dividem-se em positivas, cuja função é promover o crescimento saudável e a formação do caráter por meio do afeto, estabelecimento de regras, monitoria atenta e fomento à responsabilidade e empatia. Em contrapartida, as práticas negativas têm a função destrutiva, englobando a negligência, abuso físico ou psicológico, ausência de afeto e a

monitoria negativa (instruções excessivas sem acompanhamento). Para compreender a eficácia dessas ações, estuda-se o envolvimento parental, que é a participação ativa e consciente nos processos educativos, sendo o fator que define o ambiente de desenvolvimento e o sucesso da criança.

Segundo Glidden e Weber (2023, p. 19):

A educação positiva pressupõe o investimento e a vigilância parentais em diversos aspectos. Propõe doze princípios norteadores de uma educação parental positiva: amor incondicional; conhecer os princípios do comportamento; conhecer o desenvolvimento de uma criança; autoconhecimento; comunicação positiva; envolvimento parental; usar consequências positivas (reforçar, elogiar e valorizar); apresentar regras e valores e monitorar o comportamento; ser consistente; usar consequências naturais e lógicas, nunca punições corporais; ser um modelo moral e educar para a autonomia. Estes princípios possibilitam aos pais exercer uma parentalidade focada em fatores de proteção da criança, estimulando a aprendizagem e favorecendo um desenvolvimento saudável da identidade e do repertório de habilidades sociais da criança.

Para que o vínculo entre o pai e o bebê se aprofunde, o conceito de envolvimento paterno se estrutura em três eixos: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação é construída através das chances cotidianas de interação face-a-face, nas quais o pai assume tarefas de cuidado direto, como a alimentação, a higiene do corpo e a participação nos momentos de lazer e brincadeiras. A acessibilidade complementa este quadro, exigindo que o pai não esteja apenas presente fisicamente, mas também disponível psicologicamente para o bebê. Por fim, a responsabilidade é a habilidade que se desenvolve ao longo do tempo, manifesta na execução de tarefas essenciais para o bem-estar e saúde da criança, como levá-la a consultas. O cultivo dessas ações, especialmente quando há o desejo explícito pela paternidade, fortalece o elo afetivo desde cedo, (Chiodelli, Pereira e Rodrigues, 2023).

A manutenção da saúde mental é indispensável para a estabilidade da conjugalidade, sendo que a solidez do relacionamento entre os pais atua como uma barreira protetora contra o desenvolvimento de sintomatologia depressiva em ambos (Victória, Costa, Cordeiro, Santos, Tavares e Tavares, 2024). Por essa razão, o investimento em programas de intervenção e cuidados de saúde voltados aos pais gera retornos positivos à sociedade em longo prazo. O desenvolvimento infantil em ambientes seguros e amorosos aumenta a probabilidade de as crianças se tornarem adultos saudáveis e produtivos, o que fortalece a resiliência e a equidade social. Diante disso, é essencial que os programas de educação se expandam para envolver ativamente a família, com foco particular na participação paterna. É função primordial dos profissionais de saúde oferecer orientação especializada para garantir que o pai se sinta integralmente capacitado e incluído no processo da parentalidade.

Aberastury (1982) observou que orientar mães apenas com conselhos não produzia mudanças duradouras, pois sem a elaboração de seus conflitos internos, as condutas se mantinham superficiais. Para a autora, o apoio emocional era mais transformador do que instruções normativas, embora pudesse gerar idealizações e dependência. Nesse sentido, destacou a importância de técnicas que favorecessem a interpretação dos conflitos e a ampliação da consciência parental. A terapia de grupo mostrou-se especialmente eficaz, por possibilitar a elaboração das dificuldades e estimular um exercício parental mais autêntico, sensível e adaptativo.

Seguindo a reflexão de Aberastury (1982) sobre a limitação de orientações puramente instrutivas, observa-se que a participação no grupo não se restringe às mães que já têm filhos, sendo igualmente valiosa durante a gestação. Nesse período, a gestante pode receber informações relacionadas à gravidez, mas também aprender com as experiências de outras mães, compartilhando sentimentos, dúvidas e expectativas. Essa interação favorece a diminuição da ansiedade e permite que as expectativas em relação à maternidade sejam construídas de maneira mais realista, promovendo maior consciência sobre seu papel parental e estimulando um exercício materno mais autêntico, sensível e adaptativo.

A teoria de Donald Woods Winnicott (1975), ao introduzir a função da Mãe Suficientemente Boa, transforma a psicanálise em uma ferramenta prática de orientação para o cuidado parental. A essência do cuidado reside na sensibilidade em responder às necessidades da criança no tempo certo, exigindo, inicialmente, o papel de sustentação (holding) para oferecer um ambiente seguro e estável. Essa sustentação promove a confiança e a integridade do bebê. Contudo, o desenvolvimento exige que a função parental avance para a coragem de desiludir a criança gradualmente. Por meio de falhas controladas e frustrações toleráveis, os pais facilitam o reconhecimento da realidade externa e o desenvolvimento da autonomia. Assim, a parentalidade, para Winnicott, é um processo dinâmico: sair da adaptação total para facilitar a independência criativa.

2719

A visibilidade da ação estatal no desenvolvimento infantil e na agregação parental foi formalmente estabelecida pela Lei nº 14.826/2024. Este marco normativo reconhece que a Parentalidade Positiva e o Direito ao Brincar são essenciais na prevenção à violência, exigindo um investimento intersetorial cuja responsabilidade transcende o núcleo familiar. A norma, ao definir deveres claros entre os Entes Federados (União, Estados e Municípios) na oferta de serviços especializados em diversas políticas públicas, rompe com a visão simplista de que a

parentalidade é um encargo exclusivo. Pelo contrário, o texto formaliza que a promoção da educação não violenta e do pleno desenvolvimento da criança é um projeto de alcance evolutivo que depende do suporte contínuo de toda a sociedade. O objetivo é garantir que todas as famílias tenham os recursos, o conhecimento e o apoio institucional necessários para exercer uma parentalidade verdadeiramente consciente e adaptativa.

A relevância da Primeira Infância no Brasil ganha visibilidade nacional por meio da campanha Agosto Verde, instituída pela Lei nº 14.617/2023⁸. Esta mobilização reforça que o desenvolvimento integral da criança é uma responsabilidade coletiva, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e gestores públicos para a priorização de investimentos na área. Ao destacar a importância dos vínculos afetivos e do direito ao brincar, o Agosto Verde dialoga diretamente com os princípios da Parentalidade Positiva. A campanha atua como catalisador social, garantindo que o suporte institucional necessário para o exercício parental consciente e adaptativo seja amplamente compreendido e demandado pela população.

O Programa Criança Feliz (PCF) é uma política pública federal essencial que visa colaborar ativamente no exercício da parentalidade e promover o desenvolvimento integral na Primeira Infância. Sua estratégia central de visitas domiciliares oferece apoio contínuo a gestantes, pais e cuidadores em situação de vulnerabilidade, fortalecendo os vínculos familiares e incentivando práticas como o brincar e os cuidados responsivos. Ao fornecer orientações práticas sobre o desenvolvimento infantil, o PCF atua como um suporte intersetorial que permite aos responsáveis transcender a mera instrução. Assim, o programa ajuda a transformar o ambiente familiar em um espaço de proteção e educação eficaz, fomentando uma parentalidade consciente e adaptativa, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2021).

⁸ LEI Nº 14.617 DE 10 DE JULHO DE 2023 Art. 1º Fica instituído o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância, para promoção de ações de conscientização sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de até 6 (seis) anos de idade e a suas famílias, em todo o território nacional.

Art. 2º No Mês da Primeira Infância serão realizadas ações integradas, nos âmbitos nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de promover:

I – amplo conhecimento sobre o significado da primeira infância à família, à sociedade, aos órgãos do poder público, aos meios de comunicação social, aos setores empresarial e acadêmico, entre outros;

II - respeito à especificidade do período da primeira infância, considerada a diversidade das infâncias brasileiras;

III – oferta de atendimento integral e multiprofissional à criança na primeira infância e à sua família, especialmente nos primeiros 1.000 (mil) dias de vida, consideradas as áreas prioritárias previstas na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aborda a premissa de que o conhecimento em psicanálise é um pilar fundamental para a qualificação do exercício da parentalidade. A análise das obras de Freud, Klein e Winnicott fornece a estrutura para a compreensão de que a constituição psíquica infantil depende intrinsecamente da qualidade das primeiras interações e do ambiente acolhedor. O entendimento aprofundado dos mecanismos psíquicos possibilita aos pais e cuidadores superarem o mero cuidado físico, adotando uma postura verdadeiramente consciente e adaptativa.

A parentalidade, em sua complexidade, configura-se como um projeto que transcende o núcleo familiar. A ação do Estado intervém através de marcos normativos, como a Lei nº 14.826/2024⁹, que institui a Parentalidade Positiva, e a campanha Agosto Verde, que mobiliza a sociedade para o tema da Primeira Infância. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de expandir as estratégias que levam este conhecimento psicológico para a base da comunidade. O suporte institucional não deve se limitar à fase de diagnóstico ou intervenção tardia; ele precisa alcançar a prevenção e o desenvolvimento contínuo.

A investigação sobre programas de apoio à parentalidade em níveis federal, estadual e municipal revelou uma lacuna crítica no investimento governamental e no foco das políticas, visto que a maioria das ações de saúde e capacitação é designada unicamente à figura materna, negligenciando o conjunto parental. Este desequilíbrio compromete a sustentabilidade da "estratégia de duas gerações", essencial para mitigar o estresse perinatal e a desigualdade intergeracional. Contudo, a análise identificou iniciativas promissoras, como o curso EAD Paternidade Responsável (13h) da Prefeitura de São Paulo. Este programa é notável por sua abrangência, cobrindo módulos como Pré-Natal, Puerpério, Amamentação e, crucialmente, Paternidades Diversas e Igualdade de Gênero. A existência deste modelo demonstra a viabilidade de programas inclusivos.

A aproximação entre o saber psicológico e as políticas públicas viabiliza a construção de uma rede de apoio emocional robusta. O objetivo permanece o de munir os pais e cuidadores

⁹ LEI Nº 14.826, DE 20 DE MARÇO DE 2024 Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Art. 1º Esta Lei institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias para prevenção à violência contra crianças.

Art. 2º A parentalidade positiva e o direito ao brincar constituem políticas de Estado a serem observadas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3º É dever do Estado, da família e da sociedade proteger, preservar e garantir o direito ao brincar a todas as crianças.

dos recursos e da consciência necessários para que possam estabelecer vínculos afetivos seguros. A consolidação dessas práticas e o reconhecimento dessa importância contribuem significativamente para o bem-estar da criança e asseguram uma estrutura emocional sólida para o pleno exercício da parentalidade.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. *Psicanálise da criança: teoria e técnica*. Porto Alegre: Artemed, 1982.

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Introdução e difusão das ideias Kleinianas no Brasil e seus impactos para a psicanálise de crianças. *Memorandum Memória e História em Psicologia*, v. 41, p. e48182–e48182, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/48182>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ALTAFIM, Elisa Rachel Pisani; LINHARES, Maria Beatriz Martins. Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. *Revista Brasileira de Avaliação*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, p. e111122–e111122, 2022. Disponível em: <<https://rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202211011>>. Acesso em: 16 set. 2025.

ASSIS, Fátima Büchele; MARTINHAGO, Fernanda; QUEIROZ, Larissa de Abreu. *Atenção à saúde mental do homem*. UFSC, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. 86 p.: il.; color. Versão adaptada do Curso de Atenção Integral à Saúde do Homem. Disponível em: <www.unasus.ufsc.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

2722

BEZERRA, Maysa Marianne Silva. Criatividade e esperança na clínica psicanalítica: ideias a partir de Melanie Klein e Donald Winnicott. 2023. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica – Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-11122023-160033/en.php>. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024. Institui a Parentalidade Positiva e o Direito ao Brincar como estratégias de prevenção à violência contra crianças. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14826.htm. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.617, de 10 de julho de 2023. Institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14617.htm. Acesso em: 2 out. 2025.

CHIODELLI, Taís; PEREIRA, Veronica Aparecida; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Intervenção com vídeo feedback para promoção de responsividade paterna. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PEREIRA, Veronica Aparecida (Org.). *Parentalidade (responsável): investigações, intervenções e programas: um livro para pais e profissionais*. v. 1. Curitiba: CRV, 2023. P. 141-164. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Veronica-Pereira-11/publication/372424025_PARENTALIDADE_RESPONSAVEL_INVESTIGACOES_INTERVENCoes_E_PROGRAMAS_UM_LIVRO_PARA_PAIS_E_PROFISSIONAIS_VOL_UME_1/links/6500db5af8931a4e29bb297e/PARENTALIDADE-RESPONSAVEL-investigacoes-intervencoes-e-programas-um-livro-para-pais-e-profissionais-volume-1.pdf#page=71. Acesso em: 08 out. 2025.

COSTA, Daniela Marinho; PRUDENTE, Regina Coeli Aguiar Castelo. O desenvolvimento emocional nas posições kleinianas atrelado ao sentimento de culpa. *Cadernos de Psicologia*, Juiz de Fora, v. 7, n. 12, p. 912-926, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/4511>. Acesso em: 29 set. 2025.

CROMBERG, Renata Udler. Sabina Spielrein, pioneira da psicanálise com crianças. *Colóquio 100 anos de psicanálise com crianças*, 2009. Disponível em: https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise_crianca/coloquio100anos/resumos_trabalhos_64.html. Acesso em: 29 set. 2025.

ESCOLA VIRTUAL DE GOVERNO. Entrevista - Manuel Sarmento. Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças. Brasília, DF: EV.G, [s.d.]. Tema 1. Disponível em: https://cdn.evlg.gov.br/cursos/1214_EVG/html/modulo01_html01/index.html: 2 out. 2025.

FELIPE, Milla Benetti; MARQUES, Hellen Jaqueline. Concepções de infância e suas implicações na educação da criança: reflexões para uma prática pedagógica consciente e crítica. *Anais da Semana de Educação e Formação Docente da FAED*, v. 4, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

2723

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Vol. VII (1901-1905). Imago, p. 196. Disponível em: <https://nucleodepesquisas.com.br>. Acesso em: 29 set. 2025.

FREUD, Sigmund. O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925). Rio de Janeiro: IMAGO, 1974. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19. Disponível em: <https://www.psicanaliseflorianopolis.com/index.php/artigos/obra-de-s-freud/9-obras-completas-de-sigmund-freud>. Acesso em: 07 out. 2025

FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1919). Rio de Janeiro: IMAGO, 1972-1976. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 17.

Disponível em: <https://www.psicanaliseflorianopolis.com/index.php/artigos/obra-de-s-freud/9-obras-completas-de-sigmund-freud>. Acesso em: 07 out. 2025

GUISSO, Luciane; CREPALDI, Maria Aparecida; VIEIRA, Mauro Luís. Avaliação da eficácia do programa act nas práticas parentais, envolvimento parental e comportamento infantil. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PEREIRA, Veronica Aparecida (Org.). *Parentalidade (responsável): investigações, intervenções e programas: um livro para pais e profissionais*. v. 1. Curitiba: CRV, 2023. P. 95-118. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Veronica-Pereira-11>

11/publication/372424025_PARENTALIDADE_RESPONSABEL_INVESTIGACOES_INT
ERVENCOES_E_PROGRAMAS_UM_LIVRO_PARA_PAIS_E_PROFISSIONAIS_VOL
UME_1/links/6500db5af8931a4e29bb297e/PARENTALIDADE-RESPONSABEL-
investigacoes-intervencoes-e-programas-um-livro-para-pais-e-profissionais-volume-
1.pdf#page=71. Acesso em: 08 out. 2025.

GLIDDEN, Rosina Forteski; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. ORIENTAÇÃO PARENTAL: o ensino de interações positivas alternativas à coerção. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PEREIRA, Veronica Aparecida (Org.). Parentalidade (responsável): investigações, intervenções e programas: um livro para pais e profissionais. v. 1. Curitiba: CRV, 2023. P. 17-48. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Veronica-Pereira-11/publication/372424025_PARENTALIDADE_RESPONSABEL_INVESTIGACOES_INTERVENCOES_E_PROGRAMAS_UM_LIVRO_PARA_PAIS_E_PROFISSIONAIS_VOLUME_1/links/6500db5af8931a4e29bb297e/PARENTALIDADE-RESPONSABEL-investigacoes-intervencoes-e-programas-um-livro-para-pais-e-profissionais-volume-1.pdf#page=71. Acesso em: 08 out. 2025.

HOGHUGH, Masud. The importance of parenting in child health. THE BMJ, v. 316, n. 7144, p. 1545-1550, 1998. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9596585/>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

KLEIN, Melanie. A psicanálise da criança. Rio de Janeiro: Imago, 1997

KLEIN, Melanie. Amor, culpa e reparação e outros trabalhos: (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1 (Obras completas de Melanie Klein). 2724

KLEIN, Melanie. Inveja e gratidão. E outros trabalhos (1946-1963). Obras completas de Melanie Klein, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KOCHANASKA, Grazyna; BOLDT, Lea J.; GOFFIN, Kathryn C. Early relational experience: A foundation for the unfolding dynamics of parent-child socialization. *Child Development Perspectives*, v. 13, n. 1, p. 41-47, 2019. DOI: 10.1111/cdep.12308. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31131018/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ALTAFIM, Elisa Rachel Pisani; LOTTO, Camila Regina. Parentalidade, regulação emocional e comportamental materna e desenvolvimento da criança. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PEREIRA, Veronica Aparecida (Org.). Parentalidade (responsável): investigações, intervenções e programas: um livro para pais e profissionais. v. 1. Curitiba: CRV, 2023. P. 71-94. Disponível em :

https://www.researchgate.net/profile/Veronica-Pereira-11/publication/372424025_PARENTALIDADE_RESPONSABEL_INVESTIGACOES_INTERVENCOES_E_PROGRAMAS_UM_LIVRO_PARA_PAIS_E_PROFISSIONAIS_VOLUME_1/links/6500db5af8931a4e29bb297e/PARENTALIDADE-RESPONSABEL-investigacoes-intervencoes-e-programas-um-livro-para-pais-e-profissionais-volume-1.pdf#page=71. Acesso em: 08 out. 2025.

MARIN, Georgia. *Importância do vínculo familiar no desenvolvimento infantil e consequências disfuncionais*. 2022. 62 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/11910>. Acesso em: 17 set. 2025

MARTINS, Silvana; AUGUSTO, Cláudia; SILVA, Maria José; DUARTE, Ana; MARTINS, Fátima; ROSÁRIO, Rafaela. Parentalidade positiva e a sua relação com o desenvolvimento socioemocional em crianças. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, Espanha, v. 9, n. 0, p. 118-131, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=695272675016>. Acesso em: 2 out. 2025

MELO, Maurício José Santos. O pensamento de Melanie Klein. São Luís-MA, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143419477/O_pensamento_de_Melanie_Klein. Acesso em: 29 set. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Primeira Infância. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. *Mês da Primeira Infância de 02 a 31 de agosto de 2021*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 2 out. 2025.

MORAES, Maria Helena Cruz de. *Psicologia e Psicopatologia Perinatal: sobre o (re)nascimento psíquico*. Curitiba: Appris, 2021.

2725

MOTA, Elvira Carvalho. *Rompendo o ciclo de violência: influência da parentalidade positiva no desenvolvimento infantil*. 2025. Tese (Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial) — Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2025. Disponível em: <https://ciencia.ucp.pt/pt/studentTheses/rompendo-o-ciclo-de-viol%C3%Aancia>. Acesso em: 20 ago. 2025.

QUAGLIATTO, Helga de Souza Machado. Vozes da psicanálise: contribuições à escuta da primeira infância. *Revista Mineira de Psicanálise*, v. 6, p. 135-151, 2023. Disponível em: <https://sbpmg.org.br/artigo/vozes-da-psicanalise-contribuicoes-a-escuta-da-primeira-infancia/>. Acesso em: 16 set. 2025.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; CAMPISTA, Jorge Luis; TOKUMARU, Rosana Suemi; PEREIRA, Kely Maria de Souza; BOSSARDI, Carina Nunes; LUCHI, Júlia Carvalho Rangel; GASPARINI, Loyane Fassarella. Promoção da Parentalidade Positiva: Fundamentos Teóricos de uma Intervenção On-line em Grupo e Avaliação dos Participantes. *Psicologia - Teoria e Prática*, v. 27, n. 1, p. 1-25, 2025. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/16869>. Acesso em: 4 set. 2025.

REZER, Fabiana; FAUSTINO, Wladimir Rodrigues. A importância da inclusão do pai nas consultas de pré-natal. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 13, p. e5301-e5301, 2024. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/5301>. Acesso em: 2 set. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO. Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo. Paternidade Responsável: EAD. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://emas.prefeitura.sp.gov.br/formacoes/paternidade-responsavel-ead/>. Acesso em: 8 out. 2025.

SILVA, Sirley Sílvia Almeida da; VILLACHAN-LYRA, Pompéia; PINTO, Alexandra Marques. Constituição subjetiva: contribuições da psicanálise ao desenvolvimento infantil. *LUMEN*, Recife, v. 33, n. 1, p. 27-56, jan./jun. 2024. Disponível em: <<https://fafire.emnuvens.com.br/lumen/article/view/739/653>>. Acesso em: 3 set. 2025.

VILLAR, Rafaela Soares; FARIAS, Camila Peixoto. O encontro do adulto com as infâncias em dissidência: entre o enrijecimento e a plasticidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 27, e231070, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/7k3LGMYxmG4xj7cYN8cbKFS/?lang=pt>>. Acesso em: 3 set. 2025.

VICTÓRIA, Andrea; COSTA, Catarina; CORDEIRO, Marta; SANTOS, Ana Paula; TAVARES, Márcio; TAVARES, Patrícia. Transição para a parentalidade: estratégias promotoras utilizadas pelos profissionais de saúde. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10085209>. Acesso em: 8 out. 2025.

ZITZMANN, Jana; ROMBOLD-GEORGE, Larissa; ROSENBACH, Charlotte; RENNEBERG, Babette. Emotion Regulation, Parenting, and Psychopathology: A Systematic Review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37704867/>>. Acesso em: 26 set. 2025.

2726

WECKER, Amanda; MACHADO, Isadora; MACHADO, Lisiane. A pesquisa em psicanálise como método de investigação no campo das infâncias. *Estilos da Clínica*, v. 30, n. 1, p. 35-51, 2025. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/estic/article/view/222197>>. Acesso em: 16 set. 2025.

WINNICOTT, Donald Woods. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ALMEIDA, Izadora Maria Nielsen de; LOPES, Alda Penha Andrello. A Influência Das Relações Pais-Mães-Filhos No Desenvolvimento Psíquico Das Crianças. *AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, v. 30, n. 1, p. 49-60, 2022. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/8800>>. Acesso em: 17 set. 2025.